



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**POLÍCIA FEDERAL**  
**Superintendência Regional no Piauí**

**Relatório de Gestão**  
**Exercício de 2008**

**SUMÁRIO**

1. Identificação.....	3
2. Objetivos e metas institucionais e/ou programáticas .....	4
2.1. Responsabilidades institucionais – Papel da unidade na execução das políticas públicas .....	4
2.1.1 Normas de atuação .....	4
2.1.2. Funções institucionais .....	5
2.2. Estratégia de atuação da unidade na execução das políticas públicas .....	9
2.3. Programas.....	12
2.3.1. Programa 0662 – Prevenção e Repressão à Criminalidade.....	12
2.3.2. Programa 1353 – modernização da Polícia Federal.....	14
2.3.3. Resultado das metas policiais da unidade planejadas para o exercício de 2008.....	17
2.3.4 Resultado das metas administrativas da unidade planejadas para o exercício de 2008 .....	23
2.4. Desempenho operacional.....	25
2.4.1. Indicadores de desempenho.....	26
2.4.2. Vinculação das realizações da unidade com o Plano Plurianual .....	26
2.4.3. Evolução dos gastos.....	31
3. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.....	31
4. Restos a pagar de exercícios anteriores.....	32
5. Demonstrativo de transferências (recebidas e realizadas) no exercício.....	32
6. Previdência complementar patrocinada .....	32
7. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos.....	32
8. Renúncia tributária .....	33
9. Declaração sobre a regularidade dos beneficiários diretos de renúncia .....	33
10. Operações de fundos .....	33
11. Despesas com cartão de crédito corporativo .....	33
12. Recomendações do órgão ou unidade de controle externo .....	34
13. Determinações e recomendações do TCU .....	35
14. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício.....	35
15. Dispensas de instauração de TCE e TCE cujo envio ao TCU foi dispensado.....	35
16. Informações sobre a composição de Recursos Humanos.....	35
17. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão.....	37
18. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins .....	37
19. Declaração do Contador Responsável.....	38

## 1. Identificação

*Tabela 01 – Dados identificadores da unidade jurisdicionada*

<b>1.1. Nome completo da unidade e sigla</b>	Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Piauí.	
<b>1.2. Natureza jurídica</b>	Órgão da administração direta do Poder Executivo.	
<b>1.3. Vinculação ministerial</b>	Ministério da Justiça.	
<b>1.4. Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União</b>	<p><b>Criação:</b> Portaria nº 182/65-DG, de 29/04/65, publicada no Boletim de Serviço nº 081, de 04/05/65.</p> <p><b>Atribuições e competências:</b> Art. 144 da Constituição Federal; Portaria nº 1.825, de 13 de outubro de 2006, DOU nº 198, de 16/10/2006;</p> <p><b>Estrutura:</b> Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, DOU de 16.3.2007.</p>	
<b>1.5. CNPJ</b>	00.394.494/0034-02	
<b>1.6. Nome e código no SIAFI</b>	Superintendência Regional do DPF no Piauí – 200081.	
<b>1.7. Código da UJ titular do relatório</b>	200081.	
<b>1.8. Códigos das UJ abrangidas</b>	A SR/DPF/PI não consolida outras unidades.	
<b>1.9. Endereço completo da sede</b>	Av. Maranhão, nº 1022, Centro-Norte, Teresina/PI, CEP: 64.000-010, fone: (86) 2106-4990, fax: (86) 3223-0550.	
<b>1.10. Endereço da página institucional na internet</b>	<a href="http://www.dpf.gov.br">http://www.dpf.gov.br</a>	
<b>1.11. Situação da unidade quanto ao funcionamento</b>	Em funcionamento.	
<b>1.12. Função de governo predominante</b>	Segurança Pública.	
<b>1.13. Tipo de atividade</b>	Policial.	
<b>1.14. Unidades gestoras utilizadas no SIAFI</b>	<b>Nome</b>	<b>Código</b>
	Primária	200081
	Tesouro	200390
	Funapol	200391

## 2. Objetivos e Metas Institucionais e/ou Programáticas

### 2.1. Responsabilidades institucionais – Papel da unidade na execução das políticas públicas

Em consonância com o arcabouço legal, que define as atribuições da Polícia Federal, apresentadas a seguir, o papel das Unidades Descentralizadas é contribuir com a cumprimento da missão da Instituição.

#### 2.1.1 Normas de atuação

As atribuições da Polícia Federal estão definidas no Art. 144 da Constituição Federal:

*“§ 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a:*

*I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;*

*II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;*

*III - exercer as funções de polícia marítima, aérea e de fronteiras;*

*III - exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;*

*IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.”*

Além da Constituição Federal as normas abaixo também norteiam a atuação da Instituição:

- Lei Complementar nº 089/1997 (Institui FUNAPOL);
- Lei nº 2.889/1956 (crime de genocídio);
- Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP);
- Lei nº 5.010/1966 (Organiza Justiça Federal)
- Lei nº 6.001/1973 (Estatuto do Índio);
- Lei nº 6.815/1980 e Decreto nº 86.715/1981(Estrangeiros);
- Lei nº 7.102/1983 (Segurança Privada);
- Lei nº 7.170/1983 (Crimes contra a Segurança Nacional, a Ordem Política e Social);
- Lei 9.017/1995 (Segurança Privada);
- Lei nº 9.807/1999 (Proteção a Testemunhas);
- Lei nº 10.357/2001 (Produtos Químicos);
- Lei nº 10.446/2002 (Crimes de repercussão Interestadual);
- Lei nº 10.683/2003 (Organização da Presidência da República);
- Lei nº 10.826/2003 (SINARM);
- Decreto-lei nº 6.378/1944 (Transformou Policia Civil do DF em DFSP);
- Decreto-Lei nº 9.353/1946 (novas atribuições DFSP);
- Decreto nº 1.983/1996 (Passaporte);
- Decreto nº 5.834/2006 (Regimento do MJ);
- Portaria MJ nº 1.300, de 04 de setembro de 2003. (Regimento interno DPF);

- Instrução Normativa N<sup>o</sup>. 013/2005-DG/DPF (competências e atribuições das unidades do DPF).

### 2.1.2 Funções Institucionais

Conforme a legislação acima referenciada, é possível sistematizar e classificar as diversas atribuições do Departamento de Polícia Federal em dois ramos ou gêneros finalísticos distintos:

- **Polícia Judiciária**, que tem a função precípua de apurar infrações penais e a sua autoria por meio do inquérito policial, procedimento administrativo com característica inquisitiva, que serve de base à pretensão punitiva do Estado formulada pelo Ministério Público, titular da ação penal pública (art. 129, I, da CF).
- **Polícia Administrativa**, que tanto pode agir preventivamente, como repressivamente, atingindo bens, direitos e atividades, com objetivo de impedir que o comportamento do indivíduo ou das empresas e instituições, cause prejuízos para a coletividade.

O que efetivamente diferencia Polícia Administrativa de Polícia Judiciária é que a primeira se predispõe unicamente a impedir ou paralisar atividades anti-sociais enquanto a segunda se pré-ordena a responsabilização dos violadores da ordem jurídica.

Diferenciam-se ainda ambas as polícias pelo fato de que o ato fundado na polícia administrativa exaure-se nele mesmo. Dada uma injunção, ou emanada uma autorização, encontram-se justificados os respectivos atos, não precisando ir buscar o seu fundamento em nenhum ato futuro.

A polícia judiciária busca seu assento em razões estranhas ao próprio ato que pratica. A perquirição de um dado acontecimento só se justifica pela intenção de futuramente submetê-lo ao Poder Judiciário. Desaparecida esta circunstância, esvazia-se igualmente a competência para a prática do ato.

#### 2.1.2.1. Papel de Polícia Administrativa

Integrante do Sistema de Segurança Pública, cujo objetivo é a preservação da ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio, em razão das disposições Constitucionais e Infra-Constitucionais, elencadas mais acima, a Polícia Federal exerce outras atribuições inerentes ao Poder de Polícia da Administração Pública, que podem ser denominadas de **POLÍCIA ADMINISTRATIVA** em distinção às atribuições de **POLÍCIA JUDICIÁRIA**.

A Polícia Administrativa tem caráter preventivo e repressivo, e objetiva, não a apuração de infrações penais, mas sim, a limitação ou regulação de direitos, interesses ou liberdades, essencialmente legítimos, mas que em decorrência do Poder Discricionário e tendo por fundamento, normas legais, a Administração Pública se vê compelida a disciplinar, regulamentar e fiscalizar.

Para fins de classificação das atribuições, identificadas com as atividades de **POLÍCIA ADMINISTRATIVA**, é possível discriminar as seguintes espécies:

1) **Controle Migratório:** Atividade que limita, disciplina e regulamenta o direito de ir e vir de cidadãos brasileiros e estrangeiros. Para cumprir essa atribuição, a Polícia Federal executa medidas de fiscalização e controle, cumprindo regras estabelecidas para a entrada, saída e permanência no território brasileiro.

- **Fundamento Legal:** Lei nº 6.815/1980 (Estatuto do Estrangeiro).

2) **Controle de Armas:** A Polícia Federal desempenha importante atribuição administrativa, como responsável pelo gerenciamento do Sistema Nacional de Armas – SINARM, executando atividades relacionadas ao registro, posse e comercialização de armas de fogo e munições. Essa atribuição limita e controla importante setor da atividade econômica e ainda o direito de propriedade dos cidadãos brasileiros.

- **Fundamento Legal:** Lei nº 10.826/2003 (SINARM).

3) **Controle de Segurança Privada:** atribuição da Polícia Federal que define regras para o funcionamento dos serviços de segurança privada em estabelecimentos financeiros, bem como normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e transporte de valores dentre outros.

- **Fundamento Legal:** Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995.

4) **Controle de Precursores Químicos:** Atribuição exercida pela Polícia Federal tendo por escopo principal controlar o uso de precursores químicos que possam ser utilizados para o preparo de substâncias entorpecentes, sendo importante atividade para o combate ao tráfico de drogas. Também aqui, se busca disciplinar e regulamentar atividade econômica relevante, estabelecendo normas de controle e fiscalização sobre produtos químicos.

- **Fundamento Legal:** Lei nº 10.357/2001.

5) **Controle de Segurança de Dignitários:** A execução em colaboração com as autoridades dos Estados, de medidas tendentes a assegurar a incolumidade física de Diplomatas e visitantes oficiais estrangeiros, bem como dos demais representantes dos Poderes da República, quando em missão oficial.

- **Fundamento Legal:** Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP).

6) **Controle de Identificação Criminal e Civil:** a coordenação e a interligação, no país dos serviços de identificação datiloscópica, civil e criminal.

- **Fundamento Legal:** Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP).

7) **Controle do Patrimônio da União:** Cabe ao Departamento de Polícia Federal, inclusive mediante a ação policial necessária, coibir a turbação e o esbulho possessórios dos bens e dos próprios da União e das entidades integrantes da Administração Pública Federal indireta.

- **Fundamento Legal:** Lei nº 10.683/2003(organização da Presidência).

8) **Estatística Criminal:** A estatística judiciária criminal, a cargo do Instituto Nacional de Identificação tem por base os boletins individuais, que são parte integrante dos processos criminais.

- **Fundamento Legal:** Código de Processo Penal.

9) **Outros Serviços de Policiamento atribuídos à União:** atribuição inerente ao Poder de Polícia da Administração Pública Federal.

- **Fundamento Legal:** Lei nº 4.483/1964, art. 1º, letra “n”.

10) **Controle de Conflitos Fundiários:** acompanhar inquéritos relacionados aos conflitos agrários ou fundiários e os deles decorrentes, quando se tratar de crime de competência federal, bem como prevenir e reprimir esses crimes.

- **Fundamento Legal:** Decreto nº 5.834/2004 (estrutura do MJ).

11) **Representação Externa:** a cooperação, com os serviços policiais relacionados com a criminalidade internacional, representando o país na OIPC – INTERPOL.

- **Fundamento Legal:** Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP).

12) **Apoio técnico a Estados e Distrito Federal:** a prestação de assistência técnica e científica, de natureza policial aos Estados, Distrito Federal e Territórios, quando solicitada.

- **Fundamento Legal:** Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP).

#### 2.1.2.2. Papel de Polícia Judiciária

No tocante às atribuições de **POLÍCIA JUDICIÁRIA**, em que exerce com exclusividade as atividades de Polícia Judiciária da União, a Constituição Federal, prevê que a Polícia Federal, de acordo com o art. 144 da Constituição Federal, destina-se a:

- Apurar infrações penais em detrimento de Bens, Serviços e Interesses da União, suas entidades Autárquicas e Empresas Públicas;
- Apurar infrações penais contra a Ordem Política e Social;
- Reprimir o contrabando e o descaminho;
- Reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins;

**2.1.2.2.1 – Apurar infrações penais em detrimento de Bens, Serviços e Interesses da União, suas entidades Autárquicas e Empresas Públicas; (lista exemplificativa)**

*Tabela 02 – Relações de infrações penais.*

SEQ.	INFRAÇÃO PENAL
1	contra o patrimônio arqueológico
2	crimes na exploração de energia nuclear
3	praticado contra o meio ambiente

SEQ.	INFRAÇÃO PENAL
4	crimes falimentares
5	de representação caluniosa por improbidade administrativa
6	de responsabilidade contra o meio circulante
7	de trânsito
8	praticado com abuso de autoridade
9	praticado com abuso do poder econômico
10	praticado contra a criança e adolescente
11	praticado contra a economia popular
12	praticado contra a lei de parcelamento do solo urbano
13	praticado contra a ordem econômica
14	praticado contra a ordem tributária
15	praticado contra a propriedade industrial
16	praticado contra a propriedade intelectual
17	praticado contra as normas de licitações
18	praticado contra as normas de locação
19	praticado contra as relações de consumo
20	praticado contra criança e adolescente
21	praticado contra o mercado de capitais
22	praticado contra o sigilo bancário
23	praticado contra o sistema financeiro da habitação
24	praticado contra o sistema financeiro nacional
25	praticado para lavagem de dinheiro
26	praticado por organização criminosa
27	crimes previdenciários
28	de desvio de crédito e financiamento
29	de interceptação de comunicações
30	praticado contra a administração da justiça
31	praticado contra o serviço de radiodifusão
32	praticado contra os serviços de telecomunicações
33	praticado contra os serviços postais
34	Relacionados à situação jurídica do estrangeiro

**2.1.2.2.2 – Apurar infrações penais contra a Ordem Política e Social; (lista exemplificativa)**

*Tabela 03 – Relações de infrações penais.*

SEQ.	INFRAÇÃO PENAL
1	crimes eleitorais
2	de deserção e engajamento
3	de discriminação



SEQ.	INFRAÇÃO PENAL
4	de genocídio
5	de responsabilidade
6	de tortura
7	de tráfico de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano
8	praticado contra a liberdade de imprensa
9	praticado contra a organização do trabalho
10	praticado contra a segurança nacional, a ordem política e social
11	praticado contra comissão parlamentar de inquérito
12	praticados contra os índios
13	relacionados com arma de fogo
14	praticado contra a reforma agrária
15	praticado contra a biosegurança
16	praticado contra os direitos humanos
17	de terrorismo

### 2.1.2.2.3. Reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins;

*Tabela 04 – Relações de infrações penais.*

SEQ.	INFRAÇÃO PENAL
1	tráfico ilícito de drogas
2	Uso ilícito de drogas

## 2.2. Estratégia de atuação da unidade na execução das políticas públicas

Para o cumprimento de sua missão institucional o Departamento de Polícia Federal conta com Unidades Centrais e diversas Unidades Descentralizadas, sendo estas formadas pelas Superintendências Regionais localizadas nas Capitais de todos os Estados da Federação e no Distrito Federal, além de Delegacias instaladas em diversas cidades do interior dos Estados. Estas Unidades Descentralizadas são responsáveis pela execução das ações de Polícia Judiciária da União e de Polícia Administrativa do Departamento de Polícia Federal em nível Estadual.

A Superintendência Regional do DPF no Piauí é uma unidade descentralizada da estrutura do Departamento de Polícia Federal, a quem compete, nos termos do art. 25 do Regimento Interno do DPF, aprovado pela Portaria nº 1825, de 13.10.2006, do Ministério da Justiça, no âmbito de sua circunscrição, planejar, dirigir, coordenar, executar e controlar as atividades-fim do Departamento e administrar a unidade descentralizada em consonância com as normas legais vigentes e com as diretrizes emanadas das unidades centrais.

O planejamento e a execução das operações são desenvolvidos em cada das unidades descentralizadas obedecendo às premissas básicas e orientações estratégicas das Unidades Centrais em cada uma de suas áreas de atuação. Na execução dessas ações, deverá ser priorizada a integração com os demais Órgãos de Segurança Pública, notadamente no campo da inteligência policial.

Nesse contexto organizacional e estratégico, todas as unidades do Departamento de Polícia Federal estão integradas nas ações que buscam o cumprimento da missão institucional em consonância com as diretrizes governamentais que compõem o PLANO PLURIANUAL – PPA - (lei nº 11.658 de 07/04/2008) onde a Polícia Federal esta inserida no **OBJETIVO ESTRATÉGICO 09 “Promover um ambiente social pacífico e garantir a integridade dos Cidadãos”**.

Atingir este objetivo pressupõe a superação do que o Governo chama de DESAFIOS. No caso da Polícia Federal ela contribui para a superação do desafio nominado “**Brasil sem violência**”, uma das metas do plano de governo, tendo como pontos de atuação para a polícia federal os seguintes:

- Intensificar a repressão ao crime organizado, a vigilância das fronteiras para impedir o tráfico de drogas e armas e combater a lavagem de dinheiro, integrando mecanismos investigativos, ampliando as bases de dados, reforçando a cooperação internacional;
- Consolidar o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), para agilizar os fluxos informativos entre instituições e melhor combater a criminalidade;
- Ampliar o papel de indutor de princípios e práticas policiais do Fundo Nacional de Segurança Pública, complementar na sustentação financeira das políticas esta duais e locais de segurança;
- Ampliar o efetivo da Polícia Federal, mantendo sua independência e fortalecendo sua atuação no controle de fronteiras;
- Expandir a Força Nacional de Segurança Pública;
- Integrar as instituições do Sistema de Justiça Criminal e Segurança, articulando prevenção e repressão e fortalecendo os sistemas de inteligência e informação;
- Continuar o processo de integração dos Sistemas de Informações Criminais, com a ampliação do Sistema Nacional de Inteligência e de Informação em todos os níveis;
- Desenvolver Rede Nacional de Educação em Segurança Pública Cidadã, com a formação integrada dos profissionais;
- Valorizar espaços de participação da população, como ouvidorias e conselhos.

Para alcance desses desafios as estratégias de atuação estão resumidas nos seguintes aspectos:

#### **A - Garantir a segurança pública com a implementação de políticas públicas descentralizadas e integradas.**

##### DIRETRIZES

1. Articulação das três esferas da Federação no desenvolvimento de ações de segurança pública, inclusive ampliando o sistema de inteligência;
2. Integração das políticas públicas voltadas para a redução da criminalidade e a prevenção da violência;
3. Prevenção e combate ao crime organizado, especialmente ao contrabando, ao narcotráfico, ao comércio ilegal de armas e à lavagem de dinheiro;

4. Implementação de programas de integração das polícias;
5. Adoção do policiamento comunitário;
6. Reestruturação dos sistemas penal e prisional, inclusive sob o ponto de vista da reinserção social do egresso;
7. Promoção da parceria com a sociedade civil na implementação e gestão das ações de segurança pública;
8. Prevenção ao uso de drogas lícitas e ilícitas;
9. Humanização das instituições e valorização dos profissionais de segurança pública;
10. Combate à impunidade;
11. Garantia da integridade de testemunhas e seus familiares.

**B. Implementar uma nova gestão pública: ética, transparente, participativa, descentralizada, com controle social e orientada para o cidadão.**

DIRETRIZES

1. Implementação de mecanismos de avaliação e de controle social das ações governamentais;
2. Melhoria da qualidade do gasto público mediante o aperfeiçoamento e integração dos sistemas de planejamento, orçamento, finanças, controle e avaliação;
3. Ampliação e fortalecimento da participação social na gestão pública, com ênfase no diálogo e na integração com a sociedade;
4. Garantia da publicidade e da facilidade de acesso às informações e atos da gestão pública;
5. Aperfeiçoamento dos mecanismos de descentralização da gestão governamental, com ênfase em novas formas de articulação e na capacitação das equipes locais;
6. Garantia da qualidade dos dados e das informações, inclusive com a integração dos sistemas corporativos da União;
7. Implementação da contabilidade de custos e gerencial por programas;
8. Criação e aperfeiçoamento de controles gerenciais voltados para resultados da ação governamental;
9. Fortalecimento das instituições de controle da administração pública;
10. Conscientização da sociedade quanto à responsabilidade comum sobre a coisa pública;
11. Combate à impunidade.

**C. Combater a corrupção.**

DIRETRIZES:

1. Fortalecimento das instituições de controle da administração pública;
2. Ampliação dos mecanismos de combate à improbidade administrativa;
3. Integração e coordenação de ações preventivas e coercitivas, no combate e na dissuasão da corrupção.

A efetivação da execução das atividades que contribuirão para alcance dos objetivos foi promovida pela institucionalização do Programa de Prevenção e Repressão à Criminalidade (0662), o qual abrange todas as ações consideradas necessárias ao cumprimento das atribuições do órgão, o qual conta também com outro programa de apoio: O Programa Modernização da Polícia Federal (1353) que tem a finalidade de proporcionar infraestrutura e equipamentos de suporte a atividade-fim da instituição.

## **2.3. Programas**

### **2.3.1. Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade**

Tem por objetivo intensificar o combate à criminalidade no País mediante o fortalecimento da repressão às organizações criminosas e das demais operações policiais de competência federal, buscando a integração permanente com os demais órgãos de segurança pública.

As principais ações destinadas a este objetivo são:

#### **2.3.1.1. Ação 2712 – Treinamento de Pessoal do Sistema de Justiça Criminal**

Tem por finalidade promover a formação e atualização de pessoal do Departamento de Polícia Federal para o exercício de suas atribuições e o treinamento de outros servidores que atuem diretamente em atividades do sistema de Justiça Criminal, bem como instituir a Universidade Corporativa da Polícia Federal.

#### **2.3.1.2. Ação nº 2720 - Operações de Caráter Sigiloso**

Tem a finalidade de planejar e executar operações de inteligência e de caráter sigiloso.

#### **2.3.1.3. Ação 4679 – Serviço de Proteção a Depoente Especial**

Tem por finalidade estabelecer e implantar estrutura logística capaz de atender às necessidades de proteção ao depoente especial, garantindo sua integridade física e de seus familiares.

#### **2.3.1.4. Ação nº 2726 - Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União**

Tem por finalidade combater o contrabando e o descaminho, os crimes contra as propriedades intelectual e industrial (pirataria), os crimes cometidos por meio da rede mundial de computadores (cibernéticos), o tráfico de seres humanos, a exploração sexual infanto-juvenil e a pedofilia; reprimir o trabalho escravo; apurar conflitos agrários e fundiários; combater os crimes contra a previdência social, contra os direitos humanos, contra as comunidades indígenas e outros crimes contra bens, serviços e interesses da União, atuando de forma integrada com todas as áreas do Departamento e com os demais órgãos afins. Visa

também executar as medidas assecuratórias da incolumidade física de Representantes dos Poderes da República, Autoridades Brasileiras e Estrangeiras em visita ao Território Nacional, bem como Fiscalizar e controlar as empresas de segurança privada em todo o país.

### **2.3.1.5. Ação nº 2679 – Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos.**

Tem por finalidade promover ações de fiscalização e controle do uso de produtos químicos, utilizáveis na produção de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópica, não permitindo que sejam utilizados na produção de drogas.

A criminalidade organizada utiliza as mais variadas modalidades de comunicações e, sabedora das limitações impostas aos órgãos de persecução criminal, vai, paulatinamente, migrando de uma modalidade para outra como forma de dificultar o trabalho policial.

Nesse contexto, para o enfrentamento dessa modalidade criminosa, um sistema integrado de gestão da atividade de inteligência a ser propiciado pelos CICOR Rio e o CICOR São Paulo deverá estar apto a interceptar todos os meios de telecomunicações ora disponíveis no Brasil e possuir estrutura escalável e expansível para outros meios, com a celeridade que a sociedade exige, de forma que não exista solução de continuidade nos trabalhos policiais.

Portanto as Superintendências da Polícia Federal nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo devem continuar sendo dotadas de meios de interceptar também tecnologias e protocolos que hoje não são possíveis com os sistemas em operação. Tal fato, aliado às técnicas de criptografia existentes, será certamente o grande desafio do ramo de Inteligência de Sinais num futuro próximo.

Os equipamentos devem ser dimensionados e adquiridos considerando o cenário estratégico onde atua a instituição e destinados, basicamente, a racionalizar o emprego do efetivo, que é de formação morosa, otimizando a atividade-fim da Polícia, isto é, a produção de provas contra em todas as ações investigativas sob sua responsabilidade, especialmente no combate às organizações criminosas.

Sendo a produção de provas da existência, estrutura, *modus operandi* das organizações criminosas o objetivo estratégico principal da instituição, o produto final deve ser protegido pela legalidade e legitimidade em todas as fases de atuação dos seus agentes nesse processo, para, assim, gerar credibilidade e resultados eficazes junto ao Poder Judiciário, Ministério Público e, principalmente, junto à sociedade.

A credibilidade buscada será atingida na medida em que haja harmonia entre o homem de polícia e os equipamentos adequados à busca da prova. O processo de produção da prova, seja através da conduta do policial, seja pela aplicação de tecnologia, deve ser capaz de, uma vez submetido à auditoria, suportar os controles sob a ótica da legalidade ou do rigor científico.

A eficácia será alcançada com a consumação do processo de persecução penal, através da atuação do Ministério Público e do Poder Judiciária, com conseqüente condenação dos investigados a partir das provas produzidas na fase policial, representando uma aplicação sistêmica e adequada da Justiça Criminal.

O presente projeto terá dentro do DPF um efeito integrador na medida em que a infraestrutura disponibilizada nos CICOR a serem implantados, possibilitarão o almejado compartilhamento de informações, de recursos humanos, de recursos materiais, de expertise

para montagem de planejamento operacional e de treinamento de pessoal entre as diversas áreas operacionais do DPF, Diretoria Executiva (DIREX), Diretoria de Inteligência Policial (DIP) e Diretoria de Combate ao Crime Organizado (DCOR).

O uso de novas tecnologias e novos métodos operacionais que poderão ser usados, manterão o DPF na vanguarda do combate a criminalidade e terá, sem dúvida, um efeito positivo de motivação para a melhoria de todas as demais Agências Parceiras.

#### **2.3.1.6. Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação**

Tem por finalidade promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

#### **2.3.1.7. Ação 2586 – Sistema de Emissão de Passaporte e Controle de Tráfego Internacional**

Tem por finalidade criar mecanismos de segurança a serem aplicados na confecção de passaportes, visando inviabilizar as ações de falsificação desses documentos

#### **2.3.2. Programa 1353 – Modernização da Polícia Federal**

O Programa apóia-se em posturas adotadas pelo Ministério da Justiça, sendo que os atores responsáveis pelas decisões a serem tomadas em execução direta são servidores de carreira do Poder Executivo, atuando nas funções de Gerente de Programa, Gerente-Executivo e Coordenadores de Ações, não se olvidando os policiais e demais servidores do DPF que atuam em atividades meio, com claros benefícios a todas as Unidades Federativas da União e à sociedade como um todo.

A par disso, conta-se também com a aquisição de equipamentos e sistemas de última geração, bem como assessoria de pessoal especializado, contratado especificamente para auxiliar os trabalhos, de modo a conferir respaldo técnico às ações desenvolvidas. Tal situação pode ser percebida, por exemplo, no Projeto PRÓ-AMAZÔNIA/PROMOTEC, em que, por meio de acordo de cooperação internacional, o DPF vem modernizando, atualizando e dotando de instrumentos tecnológicos necessários as suas Unidades Centrais e Descentralizadas.

Nesse diapasão, podemos destacar algumas estratégias voltadas à atualização da instituição Polícia Federal, tais como modernização dos equipamentos e sistemas utilizados pelos policiais federais; melhora da estrutura e dos modelos operacional e gerencial do DPF; alta tecnologia a ser utilizada no combate à criminalidade; ampliação e reforma das Unidades Descentralizadas; construção de novas unidades em regiões estratégicas e reformas daquelas já existentes; melhor efetividade no controle do tráfego internacional de passageiros; implementação de um sistema integrado de informações, e outras ações a serem decididas em conformidade com o Planejamento estratégico da instituição.

As principais ações destinadas a este objetivo são:

**2.3.2.1. Ação 5022 – Construção do Edifício Sede da SR/DPF/AC**

**2.3.2.2. Ação 7E37 – Construção do Edifício-Sede da SR/DPF/RR**

**2.3.2.3. Ação 1K68 – Reforma e Modernização do Edifício da Sede da SR/DPF/SP**

**2.3.2.4. Ação 1K69 – Reforma e Modernização do Edifício-Sede da SR/DPF/RJ**

As ações acima têm por finalidade proporcionar à Polícia Federal a estrutura física adequada ao melhor desempenho de suas funções, aprimorando a qualidade do atendimento ao público externo.

**2.3.2.5. Ação 1778 – Implantação do Sistema de Informática e Telecomunicações da Polícia Federal (Promotec/Pró-Amazônia)**

Tem por finalidade prover a Polícia Federal de sistemas de informação e de modernas ferramentas de tecnologia da informação, visando maior agilidade na troca de informações e eficácia nas operações policiais.

**2.3.2.6. Ação 3832 – Integração do Sistemas da Polícia Federal com os Sistemas de Proteção à Vigilância da Amazônia (Pró-Amazônia/Promotec)**

Tem por finalidade promover maior agilidade nas ações operacionais da Polícia Federal a partir da integração de sistemas de informações e de órgãos parceiros, no âmbito do Sistemas de Proteção e de Vigilância da Amazônia - SIPAM/SIVAM, visando maior eficiência no combate à criminalidade na Amazônia Legal.

**2.3.2.7. Ação 1899 – Reaparelhamento das Unidades Operacionais do Segmento Técnico-Científico (Promotec/Pró-Amazônia)**

Tem por finalidade reaparelhar as unidades da Polícia Federal com equipamentos e tecnologias aplicáveis à atividade policial, visando à modernização da instituição e ao aumento de sua eficiência no combate à criminalidade.

**2.3.2.8. Ação 10E1 – Construção do Edifício Garagem da SR/DPF/SP**

Tem por finalidade proporcionar à Polícia Federal a estrutura física adequada ao melhor desempenho de suas funções, aprimorando a qualidade do atendimento ao público externo.

**2.3.2.9. Ação 10E2 – Construção do Edifício-Sede da SR/DPF/SE**

Tem por finalidade proporcionar à Polícia Federal a estrutura física adequada ao melhor desempenho de suas funções, aprimorando a qualidade do atendimento ao público externo.

#### **2.3.2.10. Ação 10HV – Implantação da Escola Superior de Polícia Federal**

Tem por finalidade desenvolver e consolidar conhecimentos em questões estratégicas de segurança pública.

#### **2.3.2.11. Ação 10JJ – Construção do Anexo da SR/DPF/Rio de Janeiro**

Tem por finalidade proporcionar ao Departamento de Polícia Federal melhores condições de infra-estrutura, visando atender melhor as demandas dentro das suas atribuições

#### **2.3.2.12. Ação 11P8 – Implantação do Centro Especializado de Polícia Marítima**

Tem por finalidade dotar os Núcleos Especiais de Polícia Marítima de embarcações, viaturas, meios de comunicação e equipamentos de informática, armamento, equipamentos não-letais, equipamentos de mergulho e outros, bem como atender a necessidade de custeio para o pleno funcionamento dos aludidos Núcleos.

#### **2.3.2.13. Ação 5E07 – Construção do novo Edifício-Sede da SR/DPF/DF**

Tem por finalidade proporcionar ao Departamento de Polícia Federal melhores condições de infra-estrutura, visando atender melhor as demandas dentro das suas atribuições

#### **2.3.2.14. Ação 7178– Construção do Edifício-Sede do Comando de Operações Táticas da Polícia Federal no Distrito Federal**

Tem por finalidade proporcionar à Polícia Federal a estrutura física adequada ao melhor desempenho de suas funções, aprimorando a qualidade do atendimento ao público externo.

#### **2.3.2.15. Ação 7L82 – Construção do Edifício-Sede da SR/DPF no Amapá**

Tem por finalidade proporcionar à Polícia Federal a estrutura física adequada ao melhor desempenho de suas funções, aprimorando a qualidade do atendimento ao público externo.

#### **2.3.2.16. Ação 8600 – Manutenção e Atualização do Projeto Promotec/Pró-Amazônia**

Tem por finalidade manter e atualizar os equipamentos, sistemas e instalações adquiridos por meio do projeto PROMOTEC/PROAMAZÔNIA.



### 2.3.2.17. Ação 8979 – Reforma e Modernização das Unidades da Polícia Federal

Tem por finalidade reformar e restaurar as instalações do Departamento de Polícia Federal, visando a melhoria da organização e do desenvolvimento das atividades, a redução de custos operacionais e o atendimento às crescentes demandas da sociedade em relação a segurança pública

### 2.3.2.18. Ação 8980 – Construção e Ampliação de Unidades do DPF

Tem por finalidade dotar a Polícia Federal da infra-estrutura adequada para o desenvolvimento de suas atividades.

### 2.3.3. Resultado das Metas Policiais da Unidade Planejadas para o exercício de 2008

A Superintendência Regional do DPF no Piauí, em consonância com os programas fixados pelos órgãos centrais, conforme demonstrados acima, procurou contribuir para a segurança pública dentro de sua área de circunscrição, em parceria com órgãos e instituições similares no âmbito do Estado, de forma a corresponder às expectativas da sociedade.

Para a consecução dos objetivos propostos, em função de suas atribuições constitucionais, esta Superintendência Regional elaborou um plano de metas, como estratégia de atuação, algumas das quais foram atingidas parcialmente, sem contudo obscurecer o resultado das atividades do exercício, que, a nosso ver, no geral pode ser considerado satisfatório. Abaixo listamos as metas da atividade-fim, a justificativa de cada meta proposta, as ações desenvolvidas para alcançá-las, bem como os resultados obtidos.

**Meta 1:** Igualar/superar o número de IPL's instaurados em 2007 (480).

**Justificativa:** Exercer e garantir o controle da criminalidade no Brasil (relativo aos crimes cuja apuração é de atribuição da Polícia Federal).

**Ações desenvolvidas para o atingimento:** Realização de operações, diligências, barreiras e atividades de inteligência policial, na área das diversas delegacias especializadas, visando possibilitar a redução dos índices de criminalidade na esfera de competência do DPF.

**Resultados:** Meta plenamente atingida. Em 2008 foram instaurados 920 IPLs.

**Meta 2:** Igualar/superar o número de IPL's relatados em 2007 (417).

**Justificativa:** Exercer e garantir o controle da criminalidade no Brasil (relativo aos crimes cuja apuração é de atribuição da Polícia Federal).

**Ações desenvolvidas para o atingimento:** Realização de operações, diligências, barreiras e atividades de inteligência policial, na área das diversas delegacias especializadas, visando possibilitar a redução dos índices de criminalidade na esfera de competência do DPF.

**Resultados:** Meta plenamente atingida. Em 2008 foram relatados 471 IPLs.

**Meta 3:** Executar o monitoramento e controle de tráfego aéreo nos Aeroportos de Teresina e de Parnaíba-PI.

**Justificativa:** Exercer as funções de polícia aeroportuária e de fronteiras de responsabilidade do DPF.

**Ações desenvolvidas para o atingimento:** Manutenção de uma equipe de policiais do Núcleo de Operações em plantão permanente no Aeroporto de Teresina.

**Resultados:** Meta atingida em relação ao controle no aeroporto de Teresina. Quanto ao aeroporto de Parnaíba, não ocorreu nenhum voo internacional. Com relação aos voos domésticos realizados em aviões de pequeno porte, nenhuma fiscalização foi efetuada.

**Meta 4:** Intensificar a fiscalização junto aos hotéis e pensões das principais cidades do Estado durante o período de temporada turística, de modo a comprovar a situação própria dos estrangeiros

**Justificativa:** Exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras de responsabilidade do DPF.

**Ações desenvolvidas para o atingimento:** A Delegacia de Parnaíba realizou fiscalizações nos principais hotéis e pousadas de Luís Correia/PI, Parnaíba/PI e na praia de Barra Grande/PI no intuito de verificar a situação dos estrangeiros..

**Resultados:** Meta atingida.

**Meta 5:** Incrementar o serviço de imigração na cidade de Parnaíba, tendo em vista a inauguração do Aeroporto Internacional daquela cidade.

**Justificativa:** Exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras de responsabilidade do DPF.

**Ações desenvolvidas para o atingimento:** Manutenção dos serviços de expedição de passaportes e orientação ao público usuário desse serviço na Delegacia de Polícia Federal da cidade de Parnaíba/PI.

**Resultados:** Meta atingida. Melhoria do atendimento ao público usuário desses serviços, que não mais precisam se deslocar à capital do Estado para tratar de assunto de interesse da polícia de imigração.

**Meta 6:** Planejar e desencadear pelo menos uma grande operação, voltada para o combate aos crimes previdenciários no Estado.

**Justificativa:** Inibir as fraudes contra a previdência.

**Ações desenvolvidas para o atingimento:** Foi implantando um núcleo de operações no âmbito da DELEPREV e concretizado a implantação da Força Tarefa Previdenciária entre esta Delegacia e a Gerência Executiva do INSS e a APEGR (Assessoria de Pesquisa Estratégica e Gerenciamento de Riscos), órgão de inteligência do Min. da Previdência Social.

**Resultados:** Não foi realizada nenhuma operação de grande porte no âmbito desta delegacia, mas foi realizada a instauração de inquéritos para apuração de fraudes contra o sistema previdenciários.

**Meta 7:** Combater o contrabando e o descaminho nas principais rotas, principalmente àquelas em que transitam os ônibus de turismo advindos das cidades fronteiriças (Foz do Iguaçu/PR e outras).

**Justificativa:** Coibir o contrabando/descaminho de mercadorias oriundas de cidades fronteiriças.

**Ações desenvolvidas para o atingimento:** realização de barreiras e diligências policiais em área estratégicas da rota do contrabando.

**Resultados:** Não houve elementos suficientes para a execução desta meta..

**Meta 8:** Incrementar as operações de prevenção e/ou repressão aos crimes de falsificação de moeda, passaportes e outros documentos.

**Justificativa:** Coibir esses ilícitos e apurar infrações e instaurar os inquéritos aplicáveis.

**Ações desenvolvidas para o atingimento:** Ações rotineiras de investigação policial.

**Resultados:** Não houve elementos suficientes para a execução desta meta.

**Meta 9:** Implementar operações para conter a degradação do meio ambiente, devido ao garimpo clandestino (ex. município de Pedro II, dentre outros), prevenindo o abate, a captura, o transporte e o comércio de animais silvestres.

**Justificativa:** Cumprir o disposto na Lei nº 9.605/98. Grande incidência de crimes contra o meio ambiente e a fauna.

**Ações desenvolvidas para o atingimento:** No exercício de 2008 não foi realizada nenhuma operação policial.

**Resultados:** Não se aplica.

**Meta 10:** Incrementar operações contra crimes praticados via internet, principalmente pedofilia e violação de direitos humanos.

**Justificativa:** Coibir o aumento da incidência de crimes por meio da rede mundial de computadores.

**Ações desenvolvidas para o atingimento:** Foi realizada em 2008 a operação PEDOFILIA.

**Resultados:** Cumprimento de mandado de busca e apreensão e uma prisão em flagrante, por porte ilegal de armas.

**Meta 11:** Incrementar ações de apoio ao INCRA, notadamente no que concerne às operações de combate à grilagem de terras da União.

**Justificativa:** Coibir os conflitos agrários e invasões de terras e prédios públicos.

**Ações desenvolvidas para o atingimento:** No exercício de 2008, não houve registro de denúncia de crimes relacionados a conflitos agrários em terras da União nem invasão de prédios públicos.

**Resultados:** Não se aplica.

**Meta 12:** Proceder a investigações no sentido de identificar o emprego irregular de recursos públicos destinados à reforma agrária.

**Justificativa:** Padronizar os procedimentos, referentes às investigações, mantendo intercâmbio com outras áreas envolvidas (INCRA, SFC).

**Ações desenvolvidas para o atingimento:** No exercício de 2008, não foi registrada queixa de desvio de recursos públicos destinados à reforma agrária no estado do Piauí.

**Resultados:** Não se aplica

**Meta 13:** Desencadear operação “DESMATAMENTO RURAL”, que visa coibir o uso de armas de fogo nos conflitos agrários.

**Justificativa:** Coibir a presença de milícias armadas, contratadas por proprietários rurais, e/ou o uso de armas de fogo por invasores de terras.

**Ações desenvolvidas para o atingimento:** No exercício de 2008 não foram deflagradas operações específicas relacionadas a esta meta.

**Resultados:** Não se aplica.

**Meta 14:** Realizar operações de prevenção e repressão ao aliciamento, tráfico de mulheres e exploração de menores.

**Justificativa:** Apurar infrações penais contra a ordem social.

**Ações desenvolvidas para o atingimento:** No exercício de 2008 houve uma denúncia de crime relacionado com esta meta, porém sua execução não foi levada adiante em razão da insensibilidade do Judiciário Federal em relação ao caso apresentado.

**Resultados:** Não se aplica

**Meta 15:** Realizar as operações programadas para erradicação do trabalho escravo.

**Justificativa:** Apurar infrações penais contra a ordem social.

**Ações desenvolvidas para o atingimento:** No exercício de 2007 não foram deflagradas operações específicas relacionadas a esta meta.

**Resultados:** Não se aplica

**Meta 16:** Criação de força tarefa com o Instituto Nacional de Seguridade Social através da formalização de Termo de Acordo com fins de coibir crimes contra a Previdência Social.

**Justificativa:** Inibir fraude contra a previdência social.

**Ações desenvolvidas para o atingimento:** No exercício de 2008 foi efetivada a implantação da Força Tarefa Previdenciária entre a DELEPREV a Gerência Executiva do INSS e APEGR (Assessoria de Pesquisa Estratégica e Gerenciamento de Riscos (órgão de inteligência do Ministério da Previdência Social. Parte dos móveis e equipamentos foram adquiridos com recursos do acordo de cooperação técnica firmado entre o Ministério da Previdência Social e o Ministério da Justiça. Foram iniciados os procedimentos administrativos para fins de locação de um imóvel nesta cidade para acomodação desta Força Tarefa Previdenciária.

**Resultados:** Meta atingida.

**Meta 17:** Realizar exercícios simulados de apoderamento ilícito de aeronaves.

**Justificativa:** Capacitar policiais para atuação nesta área.

**Ações desenvolvidas para o atingimento:** Exercício simulado de prevenção a incêndio e ameaça de bomba e sequestro de aeronave.

**Resultados:** em 2008 foi realizado um exercício no aeroporto de Teresina/PI com participação da Infraero, PM, Copro de Bombeiros, Exército Brasileiro, etc.

**Meta 18:** Igualar/superar as apreensões de entorpecentes de 2007 (930,93 Kg).

**Justificativa:** Combater o tráfico ilícito de entorpecentes.

**Ações desenvolvidas para o atingimento:** Esta Superintendência participou da AMÁLGAMA (envolvendo os Estados do PI, MA, PA e RR) e da operação VIGÍLIA (Composta por um conjunto de operações: Manguari, Xandaré, Duas Caras, Própolis, Pangaré, Colméia, Maratoã, Ventania, Remanso, Litoral).

**Resultados:** Meta plenamente atingida. Foram apreendidos 1.110 Kg de entorpecentes (maconha, cocaína e crack).

**Meta 19:** Erradicar o plantio de maconha em diversas áreas do Estado e estados circunvizinhos.

**Justificativa:** Combater o plantio e o tráfico ilícito de maconha.

**Ações desenvolvidas para o atingimento:** Esta Superintendência participou da operação CLAREIRA, com envio de policiais, que visava a erradicação de drogas na cidade de Salgueiro/PE.

**Resultados:** verificar participação na operação em Pernambuco.

**Meta 20:** Implementar e executar programa de interdição do tráfico de drogas por via postal (VIP).

**Justificativa:** Atuar em centros de triagem, através de Força Tarefa, com a participação dos Correios e Secretaria da Receita Federal.

**Ações desenvolvidas para o atingimento:** Não há registro de qualquer ocorrência relacionada a esta meta em 2008.

**Resultados:** Não se aplica.

**Meta 21:** Intensificar as ações de fiscalização das atividades de produtos químicos.

**Justificativa:** Aumentar a fiscalização (atividade permanente).

**Ações desenvolvidas para o atingimento:** Fiscalização de empresas que desempenham atividades com a utilização de produtos químicos.

**Resultados:**

- Vistoria de empresas que manipulam produtos químicos em sua linha de produção;
- Aprovação de 15 cadastros de novas empresas;
- Renovação de 38 licenças;

**Meta 22:** Incrementar as vistorias e fiscalizações junto às empresas especializadas em vigilância e segurança armada, orgânicas de vigilância, cursos de formação de vigilantes, instituições financeiras, em toda extensão Territorial do Piauí.

**Justificativa:** Necessidade de manter a fiscalização rotineiramente junto ao público alvo.

**Ações desenvolvidas para o atingimento:** Foram realizadas neste exercício atividades preventivas pela DELESP principalmente em termos de orientação e treinamento para o público alvo, tais como o Seminário de Segurança Privada e uma reunião com os representantes de casas noturnas de Teresina/PI. A implantação do Programa de Gerenciamento Eletrônico de Segurança Privada (GESP) transcorre de forma gradual. Estão sendo empreendidos esforços para sensibilizar os clientes para a importância desta ferramenta. Com a implantação da Comissão de Vistoria da Delegacia de Paranaíba, os procedimentos inerentes ao controle de segurança privada daquela circunscrição passaram para esta descentralizada, principalmente os relativos à segurança bancária.

**Resultados:**

- Vistoria de todas as empresas de segurança privada que operam no Estado;
- Vistoria de estabelecimentos bancários nas regiões visitadas;
- Aumento do número de empresas credenciadas para executar o serviço de segurança privada, devido ao incremento no controle e fiscalização destas atividades.

**Meta 23:** Implantação total do Programa de Gestão Eletrônica.

**Justificativa:** Dar celeridade ao processo de controle e fiscalização das empresas de segurança privada no Estado do Piauí.

**Ações desenvolvidas para o atingimento:** A implantação do Programa de Gerenciamento Eletrônico de Segurança Privada (GESP) por parte das empresas foi realizado de forma gradual. Foram empreendidos esforços no intuito de sensibilizar os clientes para a importância desta ferramenta computacional.

**Resultados:** Meta atingida.

**Meta 24:** Realizar operações regulares de prevenção e combate ao crime, por meio de barreiras policiais em estradas.

**Justificativa:** Prevenir e reprimir crimes contra os interesses da União, bem com infrações de repercussão interestadual.

**Ações desenvolvidas para o atingimento:** Realização de diversas barreiras em áreas estratégicas do Estado, principalmente nas divisas com outros Estados.

**Resultados:** Apreensões de substâncias entorpecentes, contrabandos e outros bens utilizados em atividades ilícitas, conforme índices divulgados pelas diversas delegacias especializadas.

**Meta 25:** Programar operações policiais em conjunto com as Superintendências do Nordeste, principalmente, as de Estados fronteiriços como: Ceará, Maranhão, Pernambuco, Tocantins e Bahia.

**Justificativa:** Criar uma maior interação entre esta Superintendência e as co-irmãs do Nordeste, principalmente as fronteiriças

**Ações desenvolvidas para o atingimento:** Realização das operações Amálgama, Clareira e Vigília com a participação de policiais de outras unidades do DPF de Estados vizinhos. Houve também a participação de policiais desta unidade nas operações conjuntas com outras Superintendências do Nordeste, tais como: Arco de Fogo/PA, Arca de Noé/CE, Quixadá/CE, Balaiada/MA, Pebra/RO, Upatikon III/RR, Vorax/AM, Varredura/BA e Cobra/AM.

**Resultados:** Meta atingida.

**Meta 26:** Prestar apoio a operações de fiscalização da Agência de Telecomunicações, Delegacia Regional do Trabalho, Justiça Federal, Justiça Eleitoral, ANP, dentre outros, quando solicitado e obedecendo a disponibilidade técnica e de pessoal.

**Justificativa:** Atender aos ditames legais e institucionais, bem como as orientações da Direção – Geral do DPF, (meta permanente).

**Ações desenvolvidas para o atingimento:** Atendimento das requisições formuladas pelo órgãos acima indicados no que refere a apoio policial.

**Resultados:** Trabalho conjunto objetivando garantir o êxito das fiscalizações.

**Meta 27:** Prosseguimento das investigações sobre o “crime organizado” no Estado do Piauí, com ramificações outras unidades da federação.

**Justificativa:** Apoio às operações em conjunto entre esta Superintendência e a Polícia Civil do Estado do Piauí.

**Ações desenvolvidas para o atingimento:** Não registro de qualquer ocorrência relacionada a esta meta em 2008.

**Resultados:** Não se aplica

**Meta 28:** Realizar operações de combate a quadrilhas de roubo de cargas.

**Justificativa:** Coibir o furto/roubo de cargas e caminhões, na maioria das vezes com morte dos condutores.

**Ações desenvolvidas para o atingimento:** Não há registro de qualquer ocorrência relacionada a esta meta .

**Resultados:** Não se aplica.

**Meta 29:** Realizar operações para repressão aos crimes de lavagem de dinheiro e outros crimes financeiros.

**Justificativa:** Apurar infrações penais em detrimento de bens, serviços e interesses da união, autarquias e empresas públicas.

**Ações desenvolvidas para o atingimento:** Não foi registrada nenhuma ocorrência relacionada a apuração de crimes financeiros e lavagem de dinheiro.

**Resultados:** Não se aplica

**Meta 30:** Apreensão de armas de fogo irregulares

**Justificativa:** Tirar de circulação armas adquiridas irregularmente

**Ações desenvolvidas para o atingimento:** Realização de diligências afetas ao tráfico de armas de fogo no Piauí com instauração de respectivos inquéritos.

**Resultados:**

- 44 inquéritos instaurados;
- 411 apreensões de armas de fogo..

**Meta 31:** Realizar intercâmbio de servidores com a diretoria de inteligência e com os núcleos e setores das outras regionais visando o aprendizado dos novos métodos investigativos em utilização no país e troca de experiências.

**Justificativa:** Produzir com excelência conhecimentos de inteligência policial de interesse da atividade de inteligência do DPF para aproveitamento das habilidades específicas de cada servidor para o conjunto geral do trabalho de inteligência policial.

**Ações desenvolvidas para o atingimento:** Os policiais do Núcleo de Inteligência Policial receberam treinamento para a utilização dos kits de equipamentos discretos..

**Resultados:** Meta atingida.

**Meta 32:** Treinar os servidores da SR/DPF/PI que utilizam os sistemas onde o cadastramento dos mesmos é de responsabilidade do NIP.

**Justificativa:** Possibilitar maior conhecimento de todos os servidores em relação aos sistemas utilizados por todas as delegacias/setores em que o responsável pelo cadastramento dos mesmos seja o NIP/PI.

**Ações desenvolvidas para o atingimento:** O NIP tem exercido o controle dos usuários desta Superintendência para o acesso a banco de dados da Receita Federal (CPF;CNPJ) e do sistema INFOSEG. Com a implantação do sistema CINETEPOL, este Núcleo também assumiu a responsabilidade de gerenciar as operações em curso nesta SR, bem como a administração de usuários deste sistema.

**Resultados:** Os policiais do NIP participaram de treinamento para a utilização dos kits de equipamentos discretos que foram distribuídos para a DREX e DRCOR, tendo realizado treinamento aos servidores destas delegacias para o manuseio destes equipamentos.

#### 2.3.4. Resultado das Metas Administrativas da Unidade Planejada para 2008

**Meta 01:** Manter o prédio em perfeitas condições de uso de forma a permitir melhores condições de trabalho para os servidores policiais e administrativos.

**Justificativa:** Necessidade de manutenção do bom estado das instalações físicas.

**Ações desenvolvidas para o atingimento:** Celebração de contratos com empresas de limpeza vigilância e de manutenção de ar condicionado.

**Resultados:** Meta atingida.

**Meta 02:** Melhoria da comunicação visual (sinalização) nas dependências internas desta Superintendência Regional.

**Justificativa:** Necessidade de padronizar a sinalização nas dependências internas..

**Ações desenvolvidas para o atingimento:** Em face do reduzido efetivo do pessoal que trabalha no setor administrativo (licitação) e do envolvimento com o processo de reforma do prédio desta Superintendência não foi possível realizar esta meta.

**Resultados:** Meta não atingida.

**Meta 03:** aquisição de passagens aéreas.

**Justificativa:** Atender necessidades do serviço.

**Ações desenvolvidas para o atingimento:** celebração de contrato com a empresa responsável pela emissão de passagens aéreas.

**Resultados:** Meta atingida.

**Meta 04:** Contratação dos serviços de limpeza e vigilância armada.

**Justificativa:** Atender necessidades do serviço.

**Ações desenvolvidas para o atingimento:** celebração de contrato com a empresa responsável pelos serviços de limpeza e de vigilância armada.

**Resultados:** Meta atingida.

**Meta 05:** Contratação de serviços essenciais, tais como água, luz, telefone e correios.

**Justificativa:** Atender necessidades do serviço.

**Ações desenvolvidas para o atingimento:** celebração de contrato com a empresa concessionárias responsáveis pelos serviços de fornecimento de água, luz, telefone e correios.

**Resultados:** Meta atingida.

**Meta 06:** Contratação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva de bens móveis.

**Justificativa:** Necessidade de manutenção de veículos, aparelhos e equipamentos em perfeitas condições de uso.

**Ações desenvolvidas para o atingimento:** celebração de contrato com as empresas responsáveis pelos serviços de manutenção de ar condicionado e dos veículos.

**Resultados:** Meta atingida.

**Meta 07:** Aquisição de materiais de consumo diversos, tais como combustíveis, água mineral em garrações de 20 litros, peças e pneus para veículos e peças para aparelhos de ar condicionado.

**Justificativa:** Suprir necessidades da sede, em Teresina e DPF/PHB, em Parnaíba.

**Ações desenvolvidas para o atingimento:** celebração de contrato com as empresas responsáveis pelo fornecimento de tais produtos.

**Resultados:** Meta atingida.

**Meta 08:** Aperfeiçoar o PLANO DE METAS ANUAL dos diversos setores desta Superintendência Regional.

**Justificativa:** Aprimorar o planejamento das ações futuras desta Unidade com o fim de melhorar os resultados alcançados.

**Ações desenvolvidas para o atingimento:** Em face do reduzido efetivo do pessoal que trabalha no setor administrativo (SELOG e licitação) e do envolvimento com o processo de reforma do prédio desta Superintendência não foi possível realizar esta meta.

**Resultados:** Meta não atingida.

**Meta 09:** Adquirir terreno para construção de nova sede para SR/DPF/PI.

**Justificativa:** O atual prédio não mais atende, a contento, as demandas de serviços desta descentralizada.

**Ações desenvolvidas para o atingimento:** Foram realizadas várias reuniões e formulados diversos expedientes para fins de concretização da doação de parte de um terreno do DNIT.



**Resultados:** Está em fase de transferência junto ao SPU terreno de 10.200 m<sup>2</sup> doado pelo DNIT, em favor do DPF.

**Meta 10:** Capacitar 210 servidores ativos da SR/DPF/PI.

**Justificativa:** Fator de otimização dos meios através da formação dos servidores..

**Ações desenvolvidas para o atingimento:** Foram autorizados a participação em 116 eventos envolvendo treinamentos, seminários, encontros e reuniões a serviço, com a participação de diversos servidores em treinamentos, seminários, etc.

**Resultados:** Meta atingida.

## 2.4. Desempenho Operacional

As maiores dificuldades para a execução das metas fixadas para o exercício de 2008, esbarram sempre nos fatores insuficiência de recursos humanos, escassez de recursos financeiros e insuficiência da estrutura física das instalações.

Em relação à insuficiência de recursos humanos vivemos uma crave crise de efetivo de pessoal administrativos, no que diz respeito ao quantitativo, à qualificação e ao estímulo em face de sua defazagem salarial. Essa insuficiência tem comprometido o desempenho das atividades fins desta Superintendência.

Visando amenizar essa carência de pessoal da atividade meio e contribuir com a formação de estudantes de nível médio e superior, foi iniciado um procedimento administrativo com o objetivo de contratar 7 (sete) estagiários de nível superior e 17 (dezesete) de nível médio. No entanto, em face da publicação da Lei nº 11.788, de 26/09/2008, que concede aos estagiários aos direitos a auxílio-transporte e recesso remunerado, a administração central, objetivando a redução de custos, vetou a contratação dos estagiários de nível médio, mantendo apenas a de nível superior. Essa recomendação foi seguida por esta unidade, cujo processo de contratação dos sete estagiários de nível superior foi finalizado dentro do exercício de 2008, com início de suas atividade ocorrida em 2009.

Quanto aos cargos policiais, temos uma lotação favorável de delegados e peritos decorrente, principalmente com o envio de policiais egressos dos cursos de formação da Academia Nacional de Polícia. No entanto, os demais cargos da carreira policial, em especial agentes e escrivães, têm lotação inferior à demanda.

Objetivando manter e melhorar a atual estrutura física em funcionamento, gerando um conforto para o público interno e externo, foram realizadas em 2008 as seguintes obras e reformas:

- a) reforma do prédio da sede desta Superintendência, destacando-se a construção da guarita de acesso, as adaptações necessárias para as pessoas portadoras de deficiência (rampas, banheiros e sinalizações) e uma pintura geral interna e externa;
- b) Foi concluída a reforma das instalações do Setor Técnico-científico (Convite nº 01/2008, com a adequação e climatização dos laboratórios (química, informática e papiloscopia);
- c) Foi concluído os procedimentos licitatórios (Convite nº 02/2008) para fins de reforma e adaptação de uma área para instalação de uma Unidade Técnico-Científico na Delegacia de Parnaíba. As obras foram iniciadas e concluídas no exercício de 2009.

Apesar das realizações das citadas obras, a sede desta Superintendência ainda apresenta-se inadequada para os fins a que se propõe, principalmente em termos de estrutura e espaço físico, bem como em face do aumento do efetivo e do recebimento de novos equipamentos e viaturas. Por isso, devido à inviabilidade da ampliação de sua estrutura no atual terreno, torna-se necessária a construção de uma nova sede. Neste sentido, o Superintendente empenhou-se junto aos órgãos competentes, principalmente ao Serviço de Patrimônio da União (SPU), no sentido de concretizar a doação de um terreno de 10.200 m<sup>2</sup> de propriedade do DNIT. Ressalta-se que esse processo de doação foi finalizado com sucesso em março de 2009.

Em que pese a ocorrência desses fatores limitantes, esta unidade não descuidou das atividades de repressão aos crimes praticados contra bens, serviços e interesses da União. Os serviços de rotina permitiram, por vezes, em atuação conjunta com outros órgãos federais e/ou estaduais, garantir a integridade dos bens e patrimônio, bem como a manutenção dos serviços e interesses da União em momentos de crise, quer em função da ação maléfica de agentes da criminalidade quer em função de movimentos contra a ordem social vigente.

Em relação a área de transportes, esta Superintendência recebeu no exercício de 2008 um total de 08 (oito) viaturas novas, sendo 04 (quatro) GM/CHEVROLET TIPO ASTRA e 04 (quatro) MITSUBISHI TIPO L200, com a perspectiva do envio pelo órgão central de mais 22 (vinte e dois) novos veículos, no início do exercício de 2009.

No que se refere ao parque de informática, deve-se registrar o envio pelo órgão central de 90 computadores completo marca HP Compaq, com CPU Dual Core 4.200+, 2.2 GHz, AMD e 20 impressoras laser, marca SAMSUNG.

#### 2.4.1. Indicadores de Desempenho

Os resultados das metas programadas para serem executadas no exercício de 2008, estas já encontram-se respondidas nos itens 2.3.3 e 2.3.4 deste relatório. No entanto, vale ressaltar que a Polícia Federal ainda não dispõe de indicadores de desempenho e padrões de qualidade estabelecidos em nível nacional com o objetivo de avaliar a eficácia e eficiência no atendimento de suas metas e da satisfação do público interno e externo.

#### 2.4.2. Vinculação das realizações da unidade com o plano plurianual

##### 2.4.2.1. Atividades desenvolvidas no âmbito da Ação nº 2726 - Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União

###### 2.4.2.1.1. Setor Técnico-Científico – SETEC

*Tabela 05 – quantitativo de Laudos Emitidos em 2008*

TIPO DE LAUDO	QUANTIDADE				
	2004	2005	2006	2007	2008
Contábil Econômico Financeiro	3	02	15	12	20
Balística forense	193	182	18	20	33
Documentoscopia (papel-moeda e outros)	109	178	102	75	74
Merceológico	21	43	31	05	07
Laboratório	104	129	-	-	276

TIPO DE LAUDO	QUANTIDADE				
Exames técnicos em obras (engenharia)	5	01	14	14	19
Local de crime	11	13	13	10	26
Material de Informática	7	38	12	35	49
Material audiovisual e eletroeletrônico	43	115	25	12	11
Constatação de Dano ambiental	5	-	3	03	03
Veículos	-	16	13	27	21
Papiloscópicas.	-	-	24	15	23
Diversos	34	-	-	-	
<b>TOTAL</b>	<b>536</b>	<b>719</b>	<b>444</b>	<b>414</b>	<b>562</b>

#### 2.4.2.1.2. Núcleo de Inteligência Policial – NIP

*Tabela 06 – Operações com participação do NIP em 2008*

OPERAÇÃO/A TIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO
AMÁLGAMA	PI, MA, PA e RR	Combate ao tráfico de drogas	Cumprimento de 16 Mandados de Busca e Apreensão e 12 Mandados de Prisão Temporária (todos os 16 alvos indiciados foram denunciados)
ALABAMA	PI	combate a Organização Criminosa dedicada a fraude no financiamento de veículos, sonegação fiscal, tráfico de influência, exploração de prestígio, corrupção, estelionato, quadrilha ou bando.	Cumpridos 06 Mandados de Busca e Apreensão. Investigações ainda em curso
HAPIA	Cocal/PI	Apurar desvios de recursos públicos da educação .	A operação foi estruturada em 2008, mas foi desmoldada apenas em Jan/2009.

*Tabela 07 – Quantitativo de relatórios policiais emitidos em 2008 pelo NIP*

ÍNDICES	QUANTIDADE				
	2004	2005	2006	2007	2008
Informe policial	2	-	-	-	
Pedido de Inteligência	4	10	6	19	15
Relatório de Inteligência	2	14	3	17	16
Resenha	1	-	-	-	
Informação	4	18	20	25	35

#### 2.4.2.1.3. Polícia de Imigração – DELEMIG

Em 2008 não houve ocorrência de operações policiais na área de imigrações.

**Tabela 08 – Quantitativo das atividades desenvolvidas pela DELEMIG em 2008.**

ÍNDICES	QUANTIDADE				
	2004	2005	2006	2007	2008
Passaportes expedidos	1.512	2.109	2.517	(*) 1.907	3.215 (**)
Extradições	-	-	-	-	
Carteiras de estrangeiros	35	65	120	92	33
Deportações	-	-	-	-	
Expulsões	-	-	-	-	
Repatriações	-	-	-	-	
Registros de estrangeiros	30	46	56	46	18
Pedidos de prorrogação de prazo de estada	-	-	-	-	12
Pedidos de permanência	-	-	-	-	11
Pedidos de transformação de visto	-	-	-	-	03

**OBS:**

(\*) O índice considera apenas os passaportes emitidos no modelo antigo. A partir de 03/08/2007 a DELEMIG/PI passou a emitir o passaporte modelo eletrônico cujo controle está a cargo da Divisão de Passaporte – DPAS/CGPI/DPF.

(\*\*) Desse quantitativo, 15 foram correspondente a emissão de passaporte comuns ICAO de emergência.

**2.4.2.1.4. Repressão a Crimes Previdenciários – DELEPREV**

Em 2008 não foram desencadeadas operações específicas da área de atuação da Delegacia de Combate aos Crimes Previdenciários. Foi efetuada a especialização da DELEPREV em matéria previdenciária com a implementação de um Núcleo de Operações e a efetivação da Força Tarefa Previdenciária neste Estado com a participação da Gerência Executiva do INSS e a APEGR (Assessoria de Pesquisa Estratégica e Gerenciamento de Riscos) no Ministério da Previdência Social. Foram instaurados 40 inquéritos, sendo relatos 22 IPLs.

**2.4.2.1.5. Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários - DELEFAZ**

Em 2008 não foram desencadeadas operações específicas da área de atuação desta Delegacia.

**2.4.2.1.6. Defesa Institucional - DELINST****Tabela 09 – Operações realizadas pela DELEMIG em 2008.**

OPERAÇÃO/ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO
Operação Voto Livre	PI	Investigar fraudes por ocasião das eleições municipais de outubro de 2008.	Utilização de todo o efetivo policial em 12 cidades do Estado do PI, incluindo a capital Teresina.

**Tabela 10 – Quantitativo de Atividades realizadas pela DELINST em 2008**

ÍNDICES	QUANTIDADE				
	2004	2005	2006	2007	2008
Segurança de Dignitários	-	08	10	19	07
Proteção de testemunhas ameaçadas	-	-	30	24	0

**OBS:** As missões de segurança de dignitários foram realizadas com policiais lotados no Núcleo de Operações desta SR/DPF/PI. Já as missões de proteção a testemunhas ameaçadas foram realizadas em Brasília, por solicitação da DDH, também com a participação de policiais lotados no NO/SR/DPF/PI.

#### 2.4.2.1.7. Controle de Segurança Privada - DELESP

Em 2008 não foram desencadeadas operações específicas da área de atuação desta Delegacia. No período foram realizadas vistorias bancárias, vistorias em veículos especiais de transporte de valores, vistorias em empresas especializadas por ocasião do alvará de funcionamento, lavratura de auto de infração e encerramento de empresa clandestinas. Foram realizadas fiscalizações em casas noturnas e de show.

**Tabela 11 – Quantitativo de Atividades Realizadas pela DELESP em 2008**

ÍNDICES	QUANTIDADE				
	2004	2005	2006	2007	2008
Aplicação de multas por ano	-	-	-	-	
Certificados emitidos por ano	09	17	79	80	258
Carteiras de vigilantes expedidas por ano	82	1.196	605	666	623
Certificados de vigilantes registrados	-	3.313	3.081	3.916	4.070
Vistorias realizadas por ano	233	217	178	65	68
Autorização de funcionamento empresas especializadas	09	23	-	11	5
Autorização de funcionamento empresas orgânicas	18	-	-	22	14
Planos de segurança bancária / expedição de portarias	159	-	-	159	157

#### 2.4.2.1.8. Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio-Ambiente e Patrimônio Histórico – DELEMAPH

Em 2008 não foram desencadeadas operações específicas da área de atuação desta Delegacia de Defesa Institucional.

#### 2.4.2.1.9. Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas – DELEARM

Em 2008, foram realizadas atividades de combate ao tráfico de armas e de repressão à comercialização e utilização de armas ilícitas, dentre outras condutas criminosas.

Também houve a participação desta delegacia em procedimentos referentes a outras condutas delituosas da área de outras especializadas. Foram instalados 44 IPLs, 83 IPLs em andamento e foram relatados 44 IPLs.

**Tabela 11 – Quantitativo de Atividades Realizadas pela DELEARM em 2008**

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Armas apreendidas	411
Campanha do desarmamento	65
Porte deferidos	04
Armas transferidas	133
Registros emitidos	1.356
Cadastramentos	1.178
Recadastramentos	3.518
Armas novas	1.577

#### 2.4.2.1.10. Delegacia de Repressão a Entorpecentes – DRE

Em 2008, esta delegacia realizou operações de barreiras e atividades de controle e fiscalização de produtos químicos com o objetivo de detectar e reprimir a comercialização e o consumo de substâncias ilícitas no Estado, bem como fiscalização em empresa que utilizam produtos químicos. Como resultado de suas atividades foram apreendidos os seguintes quantitativos de substâncias entorpecentes:

**Tabela 12 – Quantitativo de Apreensões Entorpecentes Realizadas em 2008**

TIPOS DE ENTORPECENTES	QUANTIDADE (Kg)				
	2004	2005	2006	2007	2008
COCAÍNA (KG)	4,361	6,364	26,965	65,938	67,566
CRACK (KG)	0,00	0,00	0,00	0,00	5,002
HAXIXE (KG)	0,00187	38,74	0,00	0,00	0,00
L.S.D. (UN)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LANÇA PERFUME (FR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
M.D.M.A. (UN) – Exctase	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MACONHA (KG)	669,118	505,449	1.059,11	864,992	1.029,012
MERLA (KG)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASTA BASE (KG)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PÉS DE MACONHA (UN)	1	0,00	0,00	0,00	0,00
PSICOTRÓPICOS (UN)	2	0,00	0,00	0,00	0,00
SEMENTE DE MACONHA (KG)	0,030	0,00	0,00	0,00	0,00
CLORETO DE ETILA (L)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
HEROÍNA (KG)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

#### 2.4.2.1.11. Controle e Fiscalização de Produtos Químicos

Em 2008, esta delegacia realizou as seguintes atividades:

**Tabela 13 – Quantitativo de Atividades Realizadas pela DELEARM em 2008**

ATIVIDADES	QUANTIDADE				
	2004	2005	2006	2007	2008
Empresas fiscalizadas	-	07	17	02	0
Cadastros aprovados	25	29	16	18	15
Licenças renovadas	51	50	36	43	38
Autorizações prévias emitidas – importação	-	-	-	-	-
Autorizações prévias emitidas – exportação	-	-	-	-	-
Autorizações especiais emitidas	-	-	-	-	-
Produtos químicos apreendidos (líquido - l)	-	-	68	-	-
Produtos químicos apreendidos (sólido kg)	-	11.440	2.800	300	-
Valores arrecadados – taxas	43.400,00	38.900,00	43.400,00	-	40.200,00
Valores arrecadados – multas	-	-	-	-	-

#### 2.4.2.1.12. Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Patrimônio - DELEPAT

Em 2008 não foram desencadeadas operações específicas da área de atuação desta Delegacia de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas.

#### 2.4.3. Evolução dos gastos

**Tabela 14 – Demonstrativo da evolução dos gastos desta unidade em 2008**

DESCRIÇÃO	ANO		
	2006	2007	2008
1. PASSAGENS	244.259,48	262.741,07	375.777,26
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	1.173.424,90	1.673.174,27	1.125.137,04
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	394.975,00	454.201,00	520.143,04
3.1. Publicidade (Conta: 3391.39.47)	-	-	-
3.2. Vigilância, limpeza e conservação	345.575,00	353.451,00	397.843,04
3.3. Tecnologia da informação	-	-	-
3.4. Outras terceirizações	-	-	-
3.5. Suprimento de fundos	49.400,00	100.750,00	122.300,00
4. CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO	16.700,00	59.550,00	98.400,00
<b>TOTAIS</b>	<b>1.829.359,38</b>	<b>2.449.666,34</b>	<b>2.119.457,34</b>

### 3. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Não ocorreu reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos na unidade, conforme consulta realizada no SIAIF à conta contábil 212111100.

#### 4. Restos a pagar de Exercícios Anteriores

*Tabela 15 – Demonstrativo dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores*

ANO DE INSCRIÇÃO	RP PROCESSADOS				RP NÃO-PROCESSADOS			
	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2006	0,00	0,00	0,00	0,00	100.434,07	8584,17	91849,9	-
2007	0,00	0,00	0,00	0,00	56.388,34	18458,49	37929,85	-
2008	0,00	0,00	0,00	0,00	368.241,44	110430,94	241677,34	16133,16
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>525.063,85</b>	<b>137.473,60</b>	<b>371.457,09</b>	<b>16.133,16</b>

#### 5. Demonstrativo de transferência (recebidas e realizadas) no exercício

*Tabela 16 – Demonstrativo de transferência (recebidas e realizadas) em 2008*

Tipo *	Código Siafi/Siasg	Identificação do Termo Inicial ou de Aditivos	Objeto da avença	Data de publicação no DOU	Valor total pactuado	Valor total recebido ou transferido no exercício	Contra-partida	Beneficiário (Razão social e CNPJ)	Situação da avença (alcance de obj. e metas, prest. de contas, sindic., TCE S/N?) **
8	540450		Transferência de materiais dentro do órgão (DPF).	-	-	5.529,60	-	Diversas unidades do Departamento de Polícia Federal.	Equipamentos transferidos (armas).
8	540451	-	Equipos recebidos, dentro do mesmo órgão, p/ utilização nas atividades fins e meio.	-	-	1.365.087,93	-	SR/DPF/PI 00.394.494/0034-02	Equipamentos incorporados.
8	540441	-	Equipos eletro-eletrônicos recebidos da Receita Federal do Brasil no Piauí	-	-	2.233,70	-	SR/DPF/PI 00.394.494/0034-02	Equipamentos incorporados.
			Equipos recebidos da Associação de Delegados da PF.	-	-	2.749,00	-	SR/DPF/PI 00.394.494/0034-02	Equipamentos incorporados.

#### 6. Previdência Complementar Patrocinada (NÃO APLICÁVEL À NATUREZA JURÍDICA DA UJ)

#### 7. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos

*Tabela 17 – Demonstrativo fluxo financeiro de projetos ou atividades financiados com recursos externos em 2008*

Discriminação (código do projeto, descrição, finalidade e organismo financiador)	Custo Total	Empréstimo contratado (ingressos externos)		Contra-partida nacional	Valor das transferências de recursos (individualizar por motivo)			Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa	
		Previsto	Realizado		Motivo (amortização, pagamento de juros, comissão de compromisso, outros)	Valor no ano	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção
Serviço de reforma e adaptação das instalações físicas do SETEC/SR/DPFPI (origem: PROMOTEC)		49.768,11	45.002,00			45.002,00			
Aquisição de equipamentos para SETEC/SR/DPF/PI (origem: PROMOTEC)		26.198,33	21.243,00			21.243,00			

\* Informações centralizadas no Departamento de Planejamento e Projetos – DPP/CPLAN/DLOG/DPF



**8. Renúncia tributária**  
(NÃO APLICÁVEL À NATUREZA JURÍDICA DA UJ)

**9. Declaração sobre a regularidade dos beneficiários diretos de renúncia**  
(NÃO APLICÁVEL À NATUREZA JURÍDICA DA UJ)

**10. Operações de fundos**  
(NÃO APLICÁVEL À NATUREZA JURÍDICA DA UJ)

**11. Despesas com cartão de crédito corporativo**

*Tabela 18 – Cartão de crédito corporativo: série histórica da despesa*

Ano	Saque		Fatura		Total
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	
2006	68	10.030,00	06	1.523,53	11.553,53
2007	93	48.680,00	Não houve	-	48.680,00
2008	215	64.362,00	15	4.631,44	68.993,44

*Tabela 19 – Informações sobre as definições feitas pelo Ordenador de Despesas da UG, consoante previsão do art. 6º, da Portaria nº 41, de 04.03.2005*

<b>Limite de utilização total da UG:</b> R\$ 200.000,00 (no exercício de 2008)	
<b>Natureza dos gastos permitidos:</b> Em 2008 foram concedidos limites ao servidores abaixo discriminados visando atender despesas eventuais e de pequeno vulto (3390.30 – 3390.36 – 3390.39).	
<b>Limites concedidos a cada portador</b>	
Portador	Limite
David Lobato Feitoza	R\$ 5.700,00
Maurício Siqueira Fagundes	R\$ 2.000,00
Antônio Francisco Matos	R\$ 3.000,00
Alaim Lopes Rodrigues	R\$ 3.000,00
Carlos Augusto dos Anjos	R\$ 16.000,00
David Lobato Feitoza	R\$ 2.300,00
Alaim Lopes Rodrigues	R\$ 500,00
Maria das Graças Brito da Costa	R\$ 2.700,00
Alexandre Rodrigues de Lima	R\$ 2.600,00
Manoel Lima de Meneses Junior	R\$ 8.000,00
Jesus Tadeu Soares Sousa	R\$ 3.000,00
Jesus Tadeu Soares Sousa	R\$ 1.500,00
Ester Benvindo Martins Barbosa	R\$ 3.000,00
Mabenys Augusto Castelo Branco de Sousa	R\$ 2.000,00
Marcelo Avelino de Sousa	R\$ 2.000,00
Hamilton dos Santos Mendes	R\$ 4.000,00
Ester Benvindo Martins Barbosa	R\$ 500,00

Paulo Henrique Soeiro Machado	R\$ 3.500,00
Helder Aguiar Saboya	R\$ 2.800,00
Maria das Graças Brito da Costa	R\$ 2.700,00
Marcelo de Noronha Moura	R\$ 2.000,00
Alexis Ranieri Batista Ferreira	R\$ 4.000,00
Carlos Augusto dos Anjos	R\$ 16.000,00
Augusto César Almeida Santos	R\$ 2.700,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 95.500,00</b>

## 12. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno

### 12.1 Número do Relatório: 208265

#### 12.1.1 Item do Relatório: 4.1.1.1

##### 12.1.1.1. Recomendação 1:

Justificar, em cada processo de concessão de suprimento de fundos, a autorização para o uso do CPGF na modalidade saque.

##### 12.1.1.1.2. Providências adotadas:

Visando suprir essa falha formal, o gestor determinu ao setor responsável pela formalização do processo que nos exercícios subsequentes todos os processos de concessão de suprimentos de fundos com a utilização do CPGF na modalidade saque sejam instruídos com a devida justificativa.

##### 12.1.1.2. Recomendação 2:

Fortalecer os procedimentos de controle sobre os processos de prestação de contas de suprimentos de fundos, de forma a garantir que os valores utilizados na modalidade saque correspondam ao montante, efetivamente, despendido.

##### 12.1.1.2.1. Providências adotadas:

Os suprimentos de fundos concedidos com a utilização do CPGF foram todos relacionados à atividade-fim, com fundamento no Art. 47 do Decreto nº 93.872/86, cujas as despesas foram em sua grande maioria realizadas com abastecimentos de viaturas em viagem e aquisição de materiais de consumo. Considerando que nessas viagens nem sempre é possível prever com precisão os valores despesas, os saques são efetuados de forma estimativa, razão pela qual os valores sacados nem sempre correspondem aos valores das despesas realizadas. A principal providência adotada por esta unidade para sanar as inconsistências nas despesas decorrentes de abastecimento de viaturas em viagens foi adotar, a partir do exercício de 2008, a utilização dos cartões de abastecimento da empresa Ticket Car. Além disso, o setor responsável pela controle dos suprimentos de fundos tem intensificado as orientações aos supridos quanto a devida utilização dos recursos sacados.

**12.1.1.3. Recomendação 3:**

Orientar os supridos a observarem o prazo legalmente fixado para a devolução dos recursos sacados e não utilizados, promovendo a apuração da responsabilidade nos casos de infringência aos normativos.

**12.1.1.3.1. Providências adotadas:**

O gestor recomendou ao setor responsável pelo controle dos suprimentos de fundos que seja orientado aos suridos a necessidade do cumprimento dos prazos para a devolução ds recursos sacados e não utilizados.

**13. Determinações e recomendações do TCU**

No exercício de 2008 esta Superintendência não recebeu diligência e/ou recomendações oriundas do Tribunal de Contas da União.

**14. Atos de admissão, desligamento, concessão de aponsetadoria e pensão praticados no exercício**

ATOS	QUANTIDADE	REGISTRADOS NO SISAC (Quantidade)
Admissão	06	06
Desligamento	02	02
Aposentadoria	07	07
Pensão	09	09

**15. Dispensas de Instauração de TCE e TCE cujo envio ao TCU foi dispensado**

No exercício de 2008 não ocorreu esta siesta Superintendência não recebeu diligência e/ou recomendações oriundas do Tribunal de Contas da União.

**16. Informações sobre a composição de Recursos Humanos**

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Servidores Ativos do quadro próprio em exercício na Unidade	188	14.341.253,35	202	17.255.496,47	217	22.726.423,40
Funcionários Contratados – CLT em exercício na Unidade	0	0,00	0	0,00	0	0,00
<b>Total Pessoal Próprio</b>	<b>188</b>	<b>14.341.253,35</b>	<b>202</b>	<b>17.255.496,47</b>	<b>217</b>	<b>22.726.423,40</b>

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Ocupantes de funções de confiança, sem vínculo.	-	-	-	-	-	-

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Contratações Temporárias (Lei 8.745/1993)	-	-	-	-	-	-

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Terceirizado Vigilância/ Limpeza	21	345.575,00	21	353.415,00	21	397.843,04
Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	-	-	-	-	-	-
Pessoal Terceirizado Outras Atividades	-	-	-	-	-	-
Estagiários	-	-	-	-	-	-
<b>Total Pessoal Terceirizado + Estagiários</b>	<b>21</b>	<b>345.575,00</b>	<b>21</b>	<b>353.415,00</b>	<b>21</b>	<b>397.843,04</b>

**OBS:** No final do exercício de 2008 foi finalizado o processo de convênio entre esta Unidade e a Universidade Federal do Piauí com a finalidade de contratação de 07 (sete) estagiários de nível superior, os quais iniciaram suas atividade em janeiro de 2009.

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Requisitado em Exercício na Unidade, com ônus.	-	-	-	-	-	-
Pessoal Requisitado em Exercício na Unidade, sem ônus.	-	-	-	-	-	-
<b>Total Pessoal Requisitado, em Exercício na Unidade</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal cedido pela Unidade, com ônus.	-	-	-	-	-	-
Pessoal cedido pela Unidade, sem ônus.	01	-	01	-	01	-
<b>Total Pessoal cedido pela Unidade</b>	<b>01</b>	<b>-</b>	<b>01</b>	<b>-</b>	<b>01</b>	<b>-</b>

Descrição	2008	
	Qtde	Despesa
Pessoal envolvido em ações finalísticas da unidade	157	20.792.027,30
Pessoal envolvido em ações de suporte da unidade	60	1.934.396,10
<b>Total Geral</b>	<b>217</b>	<b>22.726.423,40</b>

**17. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão**

Essa Unidade não dispõe de informações a serem acrescentadas com a finalidade específica desse item.

**18. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins**

(NÃO APLICÁVEL À UNIDADE JURISDICIONADA)

## 19. Declaração do Contador Responsável



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ-DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL  
COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS  
SERVIÇO DE CONTABILIDADE

### DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964 - relativos ao exercício financeiro de 2008 refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial das Unidades Gestoras 200390 e 200391 - Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal do Piauí.

Este documento foi emitido em consonância com a mensagem SIAFI 2009/0179299 e as Decisões Normativas TCU nº 93/2008 e 94/2008.

Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:

- a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;
- o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI;
- a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI; e
- a Setorial de Contabilidade do Departamento de Polícia Federal, considerando o citado nos itens anteriores, registrou no SIAFI no encerramento do exercício de 2008 Conformidade Contábil com restrição da Unidade Gestora 200390 e 200391, haja vista a falta da Conformidade de Registro de Gestão.

Brasília, 20 de março de 2009.

  
GLADSTON GUIMARÃES NAVES  
Contador - CRC/DF nº 012534/O-8